

As contradições do ecoturismo: O caso da **Área de Proteção Ambiental** (APA) Corumbataí-Botucatu-Tejupá

DENILTON DA SILVA BARBOSA * [denilton.barbosa@usp.br]

INGRIDY MARGOT PEREIRA DA ROCHA ** [rocha.ingridy@gmail.com]

LUIZA AKEMI TAKEMOTO *** [luiza.takemoto@hotmail.com]

NATÁLIA BRAZÃO TIRICO PELEGRINI BELLUCCI **** [natbelucci@hotmail.com]

PAULA LEIKA HIRAGA ENDO ***** [paula.endo@usp.br]

TAMIRIS MARTINS DA SILVA ***** [tamiris.martins.silva@usp.br]

ANTÔNIO CARLOS SARTI ***** [acasarti@gmail.com]

Resumo | Essa pesquisa buscou verificar a relação que o homem possui com áreas naturais e entender como está sendo desenvolvido o ecoturismo nessas áreas, sobretudo na Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Botucatu-Tejupá. Considerando o interesse do homem sobre a natureza, existem duas vertentes intrigantes e opostas: ora sua interpretação é de patrimônio natural e outrora, como mais um recurso a ser explorado pelas forças dominantes de mercado. Nesse contexto, surgem alguns conflitos de interesses e a dialética do próprio significado do chamado ecoturismo. É possível a existência das atividades de turismo que não gere impactos e transformações? O que é o ecoturismo? É mais uma adaptação do sistema dominante a fim de atender novas demandas ou a panaceia e salvação para a natureza e comunidade local? Essas questões são polêmicas e talvez sem uma única resposta. O fato é que há uma tensão de conflitos neste espaço, enquanto uns lutam pela conservação, outros defendem seus interesses econômicos de desenvolvimento da infraestrutura para o lazer e turismo. Para o entendimento desses conflitos, os instrumentos utilizados foram: revisão bibliográfica, visita de campo, caderno de campo, palestras com gestor da APA, Secretária do Meio Ambiente e Secretária do Turismo de Brotas. Com base nesta metodologia aplicada foi possível a obtenção de base para a argumentação e entendimento das questões levantadas.

Palavras-chave | Área de proteção ambiental, Lazer, Turismo, Conservação.

* **Estudante** do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

** **Estudante** do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

*** **Estudante** do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

**** **Estudante** do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

***** **Estudante** do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

***** **Doutor em Geografia** pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade do Estado de São Paulo. **Professor** no curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Abstract | This research analyzes the relationship that man has with natural areas and understands how ecotourism is being developed in these areas, especially in the Environmental Protection Area (EPA) Corumbataí-Botucatu-Tejupá. Considering the interest of man over nature, there are two parts intriguing and opposite: its interpretation is sometimes natural heritage and past, as another resource to be exploited by the dominant forces of the market. In this context, there are some conflicts of interest and mostly dialectic of the very meaning of the so called ecotourism. It is possible the existence of tourism activities that do not generate impacts and transformations? What is ecotourism? It's an adaptation of the dominant system in order to meet new demands or panacea and salvation for nature and the local community? These and other issues are controversial and perhaps no one answer. The fact is that there is a tension conflict in this space, while some fight for conservation; others will defend their economic interest's infrastructure development to leisure and tourism. For the understanding of these conflicts, the instruments used were: literature review, visit, field diary, talks with APA's manager and Secretary of Environment and Secretary of Brotas' Tourism. Based on this methodology it was possible to obtain basis for reasoning and understanding of these issues previously raised.

Keywords | Environmental protection area, Recreation, Tourism, Conservation.

1. Introdução

O interesse humano pela natureza, em todas as épocas, é pontuado de iniciativas, não apenas no aspecto de sua exploração e aproveitamento, mas também no desfrute de benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais. A curiosidade e o sentimento em relação às regiões longínquas também estão entre as necessidades básicas e imediatas do ser humano (Pires, 2002). Além disso, outro fator motivador para a busca exacerbada pela natureza é o sentimento de abstenção gerado nas grandes cidades, pois diante do crescimento indiscriminado nos centros urbanos, verifica-se a ocorrência de uma série de problemas tais como congestionamento, barulho, poluição do ar, infraestrutura escassa de abastecimento, entre outros.

O movimento recente em direção às áreas onde a natureza ainda se encontra preservada é alimentado, em parte, pelo mito do eterno retorno, oferecendo a possibilidade do paraíso perdido, onde haverá uma relação harmônica entre homens e a natureza, produzindo um estado de felicidade. Elementos valorizados na nossa cultura, como o sol, a água e o verde, estão presentes (Rodrigues, 2003). Dessa forma, os turistas são atraídos por paisagens naturais, ao mesmo tem-

po em que se tornam destruidores dela.

Os impactos ambientais provocados pelo turismo, geralmente são causados por destinos que cresceram desordenadamente e que, com o auxílio de campanhas publicitárias, são promovidos como paraísos naturais, ícones de beleza, renovação e modernidade, distorcendo a realidade e conduzindo o julgamento segundo a imagem imposta.

Mediante a ausência de regulação e ordenamento das atividades turísticas, considerados uma ameaça para o patrimônio ambiental de uma região, faz-se necessário a conscientização e sensibilização dos atores envolvidos (turista, comunidade local, empreendedores e guias de turismo). Esse turismo alternativo é desejável, pois visa a preservação de valores e a conservação de recursos naturais das localidades receptoras, além de integrar visitantes e anfitriões por meio do compartilhamento de experiências mutuamente benéficas. Em prol disso, especialistas e envolvidos com o turismo se manifestam de maneira favorável, ambos insatisfeitos com a qualidade da experiência de viagem oferecida pelo modelo de turismo massificado (Pires, 2002). Contudo, a conscientização não surtirá muito efeito se for desenvolvida apenas com os turistas, pois o tempo de permanência não é muito longo. É preciso a

conscientização da população local que diariamente utiliza sistemas irracionais de exploração, deteriorando o ecossistema (Ferretti, 2002).

1.1. Patrimônio e recurso: É possível a combinação dos diferentes interesses?

O turismo tal qual conhecemos hoje é caracterizado como um fenômeno consumidor de espaços (Lima, Galetti & Queiroz, 2009) para realização de suas atividades. Dentre esses espaços está o ambiente natural cujos elementos constitutivos de uma paisagem (clima, vegetação, hidrografia, fauna, topografia, entre outros) são catalisados de modo a atrair pessoas (Fennel, 2002), ou seja, visitantes e turistas. Isto, porque a imagem paisagística foi constituída como principal apelo de atratividade constantemente trabalhada pelos meios de serviços e oferta de uma destinação turística (Pires, 1998) na qual se destaca o segmento do ecoturismo. A proposta do ecoturismo firmada na conservação do ambiente natural entra em equívoco quando passa a ter caráter predominantemente econômico, sem considerar os fenômenos naturais e as tradições locais. Embora o turismo seja um fenômeno das ciências sociais, este não se desvincula das ciências econômicas. Contudo, surge a preocupação de analisar quando as relações econômicas transcendem as sociais.

O entendimento da natureza como um recurso natural surge a partir de uma visão das ciências econômicas. A palavra recurso tem conotação mercadológica e funcional, assim ao compreender os elementos naturais como recursos torna-se mais propenso classificá-los como meios financeiros, onde a natureza é oferecida ora como equipamento ora como atrativo cuja função é satisfazer uma série de “necessidades e expectativas pessoais” (Fennel, 2002, p. 74) que por vezes, apresenta-se através do reencontro com o meio natural. Ainda segundo o autor, vale ressaltar que os elementos naturais “não se tornam recursos até que sejam capazes de satisfazer as necessidades humanas”.

Partindo de uma visão ambientalista esses recursos são considerados patrimônios naturais que devem ser preservados com o objetivo da manutenção dos fenômenos biológicos e das práticas culturais. Segundo Murta e Goodey (2002), o entendimento da natureza enquanto um patrimônio é considerado uma estratégia educacional que contribui para o desenvolvimento da atividade turística cujo instrumento para alcançá-lo parte pela interpretação. A partir do momento que se interpreta torna-se possível compreendê-lo, na medida em que há o entendimento desse ambiente ele é conduzido à apreciação e à proteção, no sentido de identificar-se com o meio e assim valorizá-lo.

Não obstante, os empreendimentos que valorizam a natureza como uns recursos buscam aproximar o visitante com o lugar visitado, contudo, acabam por limitar-se a espaços naturais com centros de visitantes, atrações de caminhada, trilhas com placas e letreiros informativos. Contudo, a aproximação com a natureza é uma atividade educacional que visa a vivência de experiências, aprendizado, valorização e conservação da natureza, além da troca de informações e valores entre guias/monitores, visitantes e moradores.

Sendo assim, se pode dizer que considerar os elementos naturais como patrimônio extrapola o conceito de recursos da natureza e auxilia no entendimento do todo, evitando os possíveis reducionismos, uma vez que tal atitude depende de uma visão sistêmica (Morin & Kern, 2000), a partir de uma equipe multidisciplinar de especialistas, tais como gestores, biólogos, historiadores, sociólogos, geógrafos, antropólogos, educadores, entre outros. Além disso, entender a relação entre a natureza e a sociedade são elementos indissociáveis para compreender a conservação bem como o uso da natureza. Por estes motivos é importante ressaltar a necessidade de uma gestão integrada que deixa de sobrepor os interesses políticos às questões como o próprio futuro do local, bem como do sucesso do segmento ecoturístico.

1.2. A dialética do ecoturismo

Segundo o Ministério do Turismo (2012), o ecoturismo compreende o segmento turístico que utiliza o patrimônio natural e cultural como meio de incentivar a conservação e buscar a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo assim, o bem-estar das populações. Além disso, se caracteriza pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza. Isso quer dizer, que a base do ecoturismo está fundamentada nos conceitos de interpretação, conservação e sustentabilidade. Dessa forma, o ecoturismo deve contemplar a gestão dos recursos econômicos e sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

A partir de um conceito mais filosófico, os autores Lindberg e Hawkins (2001) consideram que o ecoturismo é uma forma responsável de viajar em áreas naturais, que conserva o meio ambiente e proporciona bem-estar aos moradores dos destinos. Vale ressaltar que, para a utilização turística desses ambientes, eles devem ser mantidos o mais próximo do natural possível, evitando-se ao máximo, a introdução de equipamento exógeno e artificial.

No entanto, quando observado à realidade, o conceito funciona um pouco diferente, com as contradições próprias do mundo capitalista. Em virtude da divulgação massiva dos lugares exóticos e da exaustão sofrida pelo turismo de massa, segundo Seabra (2001), o ecoturismo é o segmento turístico que proporcionalmente mais cresce no mundo, e concomitantemente degradando áreas devido ao excesso de visitantes.

Dessa forma, surge um forte apelo economicista das áreas naturais, e a exploração através da mídia e de novos comportamentos ditados na sociedade pós-moderna, aproveitando-se do estilo de vida do homem citadino para lhe oferecer uma válvula de escape da tensão dos grandes centros urbanos (Seabra, 2001).

O fato é que sem nenhum esclarecimento ou suporte da educação ambiental, o apelo publicitário para a ocupação turística nas áreas protegidas faz com que aumente cada vez mais a procura dessas áreas para atividades de lazer, recreação, como a prática de esportes radicais.

Ao mesmo tempo, há uma negligência do setor público no que diz respeito a essas áreas. Tanto no que se refere à desapropriação de terras privadas, como ao insignificante número de funcionários encarregados de administrar e fiscalizar Unidades de Conservação (Seabra, 2001). Por isso, é importante ressaltar que aí reside a dialética do ecoturismo, pois segundo o mesmo autor, o planejamento e a gestão do ecoturismo no Brasil não estão de acordo com os próprios princípios do desenvolvimento sustentável, cujo conceito tem servido muito mais para dar suporte aos discursos políticos do que para atingir os objetivos propostos com resultados eficientes.

Outra questão conflituosa é: se o turismo depende da apropriação e da exploração dos recursos naturais e das sociedades locais, como mantê-lo de forma sustentável em uma área de proteção ambiental? É possível alinhar os interesses em prol do desenvolvimento local com o mínimo de degradação possível?

Segundo Boo (2001), diretora do Programa de Ecoturismo do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (*World Wildlife Fund – WWF*) estas questões devem ser enfrentadas como um conflito ou até mesmo um desafio entre a necessidade de manter a qualidade ambiental destas áreas, proporcionar a satisfação ao visitante, promover os interesses econômicos de empresários, negociar com a comunidade local e ainda lidar com a preocupação das autoridades locais, que temem tomar decisões que limitem as iniciativas turísticas. Para minimizar esses problemas uma solução seria a ampliação da sensibilização e das parcerias com a própria comunidade e sociedade geral. Além desse problema ainda a preocupação com os impactos negativos e desafios do ecoturismo, mas há também uma grande expectativa entre gestores sobre o que exatamente o ecoturismo pode gerar de negativo ou positivo. Pois, a longo prazo,

essa atividade pode acarretar mudanças significativas no meio natural e também às comunidades locais, para que cada turista seja atendido na destinação turística, existe a necessidade de que o lugar seja modificado para seu uso: rodovias, serviços de restauração, infraestrutura, hospedagem, centros de convenção, entre outros (Wearing & Neil, 2001).

Na teoria, os impactos são bem conhecidos. Para que essa atividade seja desenvolvida, existem custos, segundo Boo (2001) são eles a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas, entre outras. Há também benefícios, que segundo a autora, são a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para os residentes do entorno e a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação. Diante dessa discussão, como uma área protegida pode atender o ecoturismo? Eis o dilema do ecoturismo.

1.3. A ética como preceito para o desenvolvimento ecoturístico

O turismo no meio ecológico se confronta com a tarefa dupla e conflitante da utilização das áreas naturais e ao mesmo tempo que a manutenção da integridade ambiental e cultural dessas áreas sejam preservadas e conservadas.

Nesse sentido, surge a necessidade de uma administração ecologicamente sustentável e o entendimento de que as ações da empresa devem estar alinhadas aos valores éticos. Esses valores, quando discutidos no contexto do ecoturismo, devem ser multidimensionais, partindo desde a garantia ao acesso permanente e a manutenção da integridade dos ecossistemas naturais até o desenvolvimento de vínculos saudáveis com as tradições e proprietários de terra, além de orientar o comportamento de turistas.

No contexto dessa modalidade, faz parte do compromisso ético, informar moradores e turistas sobre a fragilidade local, definir e expor limites de quantidade de clientes por atividade, analisar

planos de manejo das áreas a serem visitadas, informar com transparência todas as circunstâncias e restrições relevantes, respeitar os turistas enquanto consumidores. Ainda é necessária a consciência da importância de se valorizar a diversidade cultural e natural, e evitar atividades que ponham em risco as características naturais e tradicionais do destino dando preferência a serviços e produtos turísticos que demonstrem a sensibilidade econômica, social, ambiental e cultural (Rodrigues, 2003).

Atualmente, o conceito de ética alcança princípios do desenvolvimento sustentável, e por isso, muitas vezes para que a gestão ecoturística seja considerada ética é preciso que ela barganhe ganhos econômicos, priorizando a integridade ecológica de certos lugares e os fenômenos ali existentes. Dessa forma, faz-se necessário também, a obrigação de garantir que as consequências de atividades turísticas sejam previamente reconhecidas, através de um estudo de impacto, bem como desenvolver estratégias para abrandar os respectivos impactos.

Outro elemento que deve fazer parte das responsabilidades éticas do segmento ecoturístico é o desenvolvimento da educação ambiental, para moradores locais e visitantes, através de minicursos e sessões que abordem as principais características sobre o local a ser visitado e orientações sobre como agir nestes ambientes. Tudo isso poderá gerar nos clientes a sensação de que estes lugares estão sendo bem administrados. Na maioria das vezes, os turistas não sabem agir nestes lugares, até gostariam de agir corretamente, mas não tem um parâmetro sobre o que é correto ou não (McKercher, 2002).

1.4. O ecoturista: Sujeito ou mero consumidor?

O Ecoturismo tem a expectativa de uma nova modalidade do uso do tempo livre através de atividades que envolvam o contato com a natureza, o aprendizado, a diversão sem grandes impactos naturais. Ao mesmo tempo em que vivencia com a natureza cria-se uma nova ética socioambiental

(Furlan, 2003). O sujeito Ecoturista vem do ideal da Educação Ambiental, que pauta a formação de um sujeito ecológico, consciente e com várias dimensões, “capaz de aprender com o mundo na perspectiva de transformá-lo. Um sujeito da ‘ruptura’ com a sociedade do consumo” (Furlan, 2003, p. 49). Portanto, o Ecoturismo nasce no campo ecológico, mas vem sendo apropriado pelo campo econômico, esse vem se transformando como uma resposta ao setor produtivo e passa a buscar meios para se inserir como uma atividade de mercado. Fazendo o sujeito ecológico ser esquecido e transformado em um consumidor, ou mesmo ‘cliente do ecoturismo’ (Furlan, 2003).

Para seduzir este cliente, os agentes econômicos buscam lugares inusitados, paisagens belas e utilizam fortemente a mídia para vender o ‘paraíso’ capaz de satisfazer este cliente e suas identidades. Mas esta visão econômica reduz a natureza meramente como fonte de prazer e acabam não respeitando a pluralidade cultural local. Estas ações meramente econômicas são práticas oportunistas de turismo disfarçadas de ecoturismo, são normalmente exploratórias e raramente consideram os impactos socioambientais. O Ecoturismo quando visto como uma ação estratégica pode atuar como ação educativa à vivência com a na-

tureza, sensibilizando o sujeito, através do exercício de observação levando à reflexão e à compreensão dos lugares. Contribuindo assim para a formação do sujeito ecológico tratado acima, um sujeito capaz de transformar a sociedade.

2. Procedimentos metodológicos

Analisando à luz da visão sistêmica entende-se que uma visão sistêmica da ecologia pressupõe uma visão clara dos conceitos gerais de sistema e de complexidade. Diante disso, tornou-se relevante compreender *in loco* a relação entre a natureza e a sociedade no interior e exterior das Áreas de Proteção Ambiental (APA), pois são elementos indissociáveis para compreender a conservação bem como o uso da natureza.

Para isso, partiu-se de uma análise prática e observação através de visitas técnicas, realizadas no período de 11 a 14 de outubro de 2012, à Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Botucatu-Tejupá nos limites de Brotas, Itirapina, Santa Rita do Passa Quatro e Rio Claro, no Estado de São Paulo – Brasil (Figura 1). Nesse período, foram coletadas

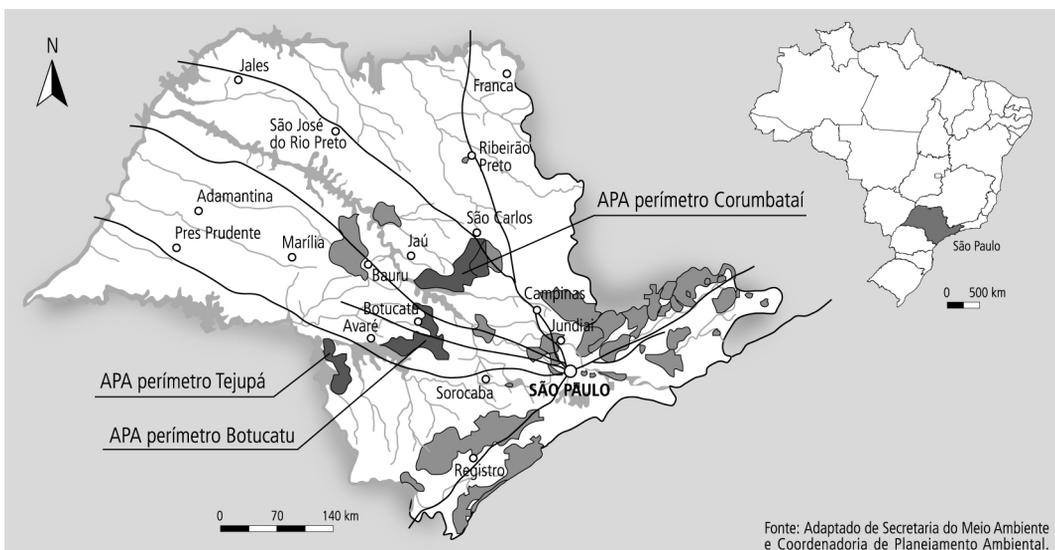


Figura 1 | Mapa das APA do Estado de São Paulo.

informações expostas em painéis de debates com as Secretárias de Meio Ambiente e Turismo de Brotas, gestor do Instituto Florestal, palestras com representantes e monitores de unidades e da Organização Não Governamental (ONG) Rio Vivo. Além disso, realizaram-se visitas monitoradas aos Centros de Visitantes da Estação Ecológica e Experimental de Itirapina, Parque Estadual do Vassununga e a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) cujas anotações e impressões foram registradas em caderno de campo.

Vale ressaltar que o principal instrumento desta etapa, fundamental para o desenvolvimento da etapa seguinte foi o caderno de campo, com todas as impressões, observações e registros. Outro procedimento utilizado compreendeu a análise das leituras técnicas e dados apreendidos durante a pesquisa. A análise foi realizada com o apoio da literatura pertinente aos conceitos e classificações das ciências naturais e do turismo sustentado e situado. Além disso, foi possível cruzar informações obtidas em campo através do caderno produzido pelos autores com a literatura já existente, possibilitando assim maior proximidade entre a teoria e a prática no que diz respeito ao campo das pesquisas científicas. Tal metodologia facilitou na obtenção de informações e base para a argumentação e entendimento das questões discutidas e apresentadas nos resultados e conclusão a seguir.

3. Resultados

A partir do levantamento teórico, compreende-se que a criação de APA tem como objetivo a conservação da diversidade ou as singularidades existentes de biomas, espécies e até mesmo de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, incluindo seus potenciais e limitações. No entanto o papel da APA passa a ser de orientação de atividades sendo elas produtivas ou não, a fim de coibir a degradação dos

recursos naturais oferecidos na área. O que se percebe é que mesmo que nessas áreas tenha o desenvolvimento de atividade elas são desenvolvidas para que o usuário desenvolva uma educação ambiental e contemple a área de proteção (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

Através do Decreto Estadual n.º 20.960 de 8 de junho de 1983, o então governador, André Franco Montoro, criou a primeira Área de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo, a grande APA, composta por três perímetros, o Corumbataí, o Botucatu e o Tejujá, com uma área total de 649.828 ha.

A APA Corumbataí, Botucatu, Tejujá está localizada no centro oeste do estado de São Paulo e foi criada para proteger os atributos ambientais e paisagísticos como as *cuestas* basálticas, as áreas de recarga do aquífero Guarani, os morros testemunhos, a vegetação de transição de Cerrado e de Mata Atlântica, a fauna riquíssima e o patrimônio cultural. Estendendo-se dos limites da Depressão Periférica até o Rio Paraná, o Planalto Ocidental Paulista ocupa praticamente 50% da área total do Estado de São Paulo. Em sua faixa de contato depressão-planalto, apresenta uma formação de relevos escarpados e topos aplainados, denominados *cuestas* basálticas, onde são encontrados remanescentes de Mata Atlântica e de cerrados, característicos da cobertura vegetal primitiva que caracterizava a paisagem dessa região, bem como diversos morros testemunhos (Lopez, Silva & Izzo, 2001).

A região é conhecida por suas inúmeras cachoeiras, resultantes dos desníveis abruptos de seu relevo, e se transforma aos poucos em um centro do ecoturismo no Estado, principalmente, segundo Lopez et al. (2001) nos municípios de Brotas e São Pedro, onde se destacam a navegação do rio Jacaré-Pepira e os hotéis-fazendas espalhados pela área rural. As nascentes, córregos e cachoeiras formam um conjunto cênico expressivo e constituem potencial turístico de grande importância na região.

A visita a campo permitiu ao grupo pesquisador observar como a criação de APA, por si só, não garante que o patrimônio natural local seja preservado,

tampouco facilita ao residente ou visitante seu desenvolvimento enquanto sujeito ecológico. Pelo contrário: como foi observado em visita ao Parque Estadual do Vassununga, o conflito de interesses, já por vezes citado neste trabalho, mostrou-se com clareza na cisão entre a população local de Santa Rita do Passa Quatro e a administração do Parque; não há, aparentemente, relação harmônica entre os moradores e o patrimônio natural, tampouco parece haver entendimento sobre os propósitos do Parque em si. De acordo com depoimentos dos funcionários, não há apenas falta de interesse, mas animosidade quando o assunto é a preservação do Parque Estadual do Vassununga. A área de amortecimento cada vez mais comprimida pelo desenvolvimento de infraestrutura urbana - que por um lado proporciona aos moradores locais melhores condições de vida, e por outro compromete a fauna e flora local - parece apontar para uma explicação bastante plausível para tal dissonância: a preservação do patrimônio natural passa, inevitavelmente, pela contestação de modelos econômicos vigentes, o que pode, muitas vezes, ser encarada como uma ameaça pelas populações locais. Conforme a fala do geógrafo e gestor da APA, Luiz Sertório Teixeira, o plano de manejo de tais áreas suscita indagações para que o crescimento econômico de determinada região ocorra sem necessariamente aniquilar a natureza ao seu redor.

No entanto, não causa estranhamento que a ideia de se 'desacelerar' a atividade econômica para se preservar o patrimônio natural não seja tão bem acolhida pela população local, pois, conforme destacado logo ao início deste artigo, a aproximação com a natureza é construída ao longo de um processo educativo em que a troca de informações, vivências e valores é fundamental. Enquanto a visão de natureza veiculada não só pela mídia, mas pelas próprias escolas e outros órgãos públicos posicionar homem e meio como dois universos que não se integram, prevalecerá a ideia de que o meio ambiente é apenas um 'recurso' a ser utilizado para o crescimento - sendo assim, conter o crescimento em prol da conservação configura-se, inevitavelmente, em

uma contradição difícil de ser superada.

Em termos de contradição, retoma-se aqui a questão do ecoturismo, uma vez que também em Brotas pode-se observar quão desafiador é mantê-lo como atividade autossustentável viabilizada através de um cuidadoso planejamento e diagnóstico ambiental criterioso. O mesmo é um renomado destino de praticantes de rafting, rapel e trilhas, Brotas configura-se em um espaço natural cada vez mais demandado e ameaçado pela presença maciça de turistas, que exige cada vez mais profissionais competentes, que reconheçam a tempo os sinais de desgaste do patrimônio natural e que, ao mesmo tempo, promovam a integração entre visitantes, moradores e natureza. Durante a visita realizada, percebeu-se que o monitoramento da capacidade de carga de rios e trilhas, por exemplo, ainda é feita de forma muito superficial, não sendo informada nem mesmo qual o limite de praticantes de rafting por dia.

Percebe-se a necessidade da participação da comunidade nas decisões e em diferentes partes envolvidas direta ou indiretamente nos processos. Como dito anteriormente, a interpretação do patrimônio tem como princípio a educação visando vivência de experiências, além da troca de informações entre visitantes e comunidade local fazendo com que as mesmas criem um sentimento de conservação da natureza.

4. Considerações finais

A partir dessa pesquisa foi possível perceber diversos problemas da relação Homem vs. Natureza vs. Sociedade. Isso porque ao longo dos anos houve diversas mudanças culturais que afetaram diretamente essas relações, fazendo com que o significado da natureza para o homem mudasse conforme essas mudanças.

Um dos produtos que surge dessas relações é o turismo na natureza, visto que ao longo do tempo o homem foi se afastando dos ambientes naturais para

se aproximar do meio urbano. Em contrapartida, surge a necessidade de se aproximar deste ambiente com a intenção de escapar do acelerado ritmo citadino. Dessa forma, surgem diversas tentativas de viabilizar a atividade turística nessas áreas a fim de atender essa demanda turística.

Nesse contexto, a indústria turística desenvolve o segmento ecoturístico firmado nos valores da sustentabilidade. No entanto, o turismo, enquanto atividade econômica acaba por esbarrar inevitavelmente em necessidades concorrentes: a de gerar resultados tanto sociais quanto financeiros e, ao mesmo tempo, preservar o patrimônio de que se utiliza enquanto recurso. Tal equilíbrio delicado (e complicado) não pode ser atingido através de decisões isoladas e incontestáveis, e sim através da gestão integrada entre todos os atores envolvidos. Só assim, é possível a sustentabilidade do segmento.

Plano de manejo, zoneamento ambiental, preservação da natureza, educação ambiental, consciência ecológica, turismo sustentável são alguns dos termos recorrentes quando se fala em um planejamento e gestão adequada, principalmente no que diz respeito às práticas de lazer e de turismo.

Contudo, percebe-se que, a teoria não corresponde ao que acontece na realidade de muitas dessas áreas. É pertinente reconhecer a importância da criação e manutenção de Áreas de Proteção Ambiental, mas viu-se claramente que tais medidas não podem ser implementadas em uma redoma de vidro, por trás de um gabinete – em outras palavras, sem diálogo direto com a população local e concessões de ambas as partes. Por sua vez, não há como promover moradores e visitantes a sujeitos ecológicos sem investimentos maciços em conscientização e educação ambiental. Essa educação, por sua vez, não deve, apenas, fazer parte de projetos pequenos e isolados, é preciso que se tenha uma visão sistêmica, ou seja, do todo. As partes devem ser reconhecidas, bem como seus problemas devem ser analisados e trabalhados conforme a realidade de cada uma delas, no entanto, deve-se considerar o todo e suas relações harmônicas e desarmônicas.

Só com essa consciência será possível as práticas de Lazer e de Turismo na natureza com os menores impactos possíveis.

Referências bibliográficas

- Boo, E. (2001). O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In K. Lindberg & D. E. Hawkins (eds.), *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão* (pp. 31-57). São Paulo: SENAC.
- Fennel, D. A. (2002). *Ecoturismo: Uma introdução* (I. Lohbauer, Trad.). São Paulo: Contexto.
- Ferretti, E. L. (2002). Patrimônio natural, cultural e turístico. In E. L. Ferretti (Ed.), *Turismo e meio ambiente: Uma abordagem integrada* (pp. 75-92). São Paulo: Rozza.
- Furlan, S. A. (2003). Ecoturismo: Do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In A. B. Rodrigues (Ed.), *Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites* (pp. 29-58). São Paulo: Contexto.
- Lima, R. A. S., Galetti, C. M., & Queiroz, O. T. M. M. (2009). Sítios arqueológicos como atrativo turístico e sua valoração econômica. In A. C. Sarti & L. Mundet i Cerdan (Eds.), *Turismo e arqueologia: Múltiplos olhares* (pp. 279-306). Piracicaba: Equilíbrio.
- Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (2001). *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC.
- Lopez, P. M. P., Silva, I. X., Izzo, A. J. (2001). *APAs: Áreas de proteção ambiental estaduais: Proteção e desenvolvimento em São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente.
- McKercher, B. (2002). *Turismo de natureza: Planejamento e sustentabilidade* (B. Honorato, Trad.). São Paulo: Contexto.
- Ministério do Turismo (2012). *Ecoturismo*. Acedido a 26 de novembro de 2012, disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/ecoturismo.html
- Ministério do Meio Ambiente (2004). *Sistema de unidades de conservação – SNUC, Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto n.º 4.430, de 22 de agosto de 2002* (5ª ed.). Brasília: MMA/SBF.
- Morin, E., & Kern, A. B. (2000). *Terra-pátria* (P. Neves, Trad.). Porto Alegre: Sulina.
- Murta, M. M., & Goodey, B. (2002). Interpretação do patrimônio para visitantes: Um quadro conceitual. In M. M. Murta & C. Albano (Eds.), *Interpretar o patrimônio: Um exercício do olhar* (pp. 13-46). Belo Horizonte: UFMG.
- Pires, P. S. (1998). Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In E. Yázigi, A. F. A. Carlos & R. C. A. Cruz (Eds.), *Turismo: Espaço, paisagem e cultura* (pp. 161-177). São Paulo: Hucitec.
- Pires, P. S. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC.
- Rodrigues, A. B. (2003). Ecoturismo: Limites do eco e da ética. In A. B. Rodrigues (Ed.), *Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites* (pp. 29-45). São Paulo: Contexto.
- Seabra, G. F. (2001). *Ecos do turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papyrus.
- Wearing, S., & Neil, J. (2001). *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole.